A Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: Identidade e resistência

Quilombola School Education in Minas Gerais: Identity and Resistance

Rogéria Cristina Alves¹
Karla Cristina Cerqueira²

Resumo

Este artigo pode ser considerado um panorama da organização e ações implementadas na Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais, pela Secretaria de Estado de Educação, no período de 2015 a 2018. Objetiva-se relatar as ações exitosas implementadas. E apontar caminhos para o desenvolvimento dos estudos sobre a Educação Escolar Quilombola, a partir de diálogos e planejamentos oriundos do diagnóstico apresentado pelo Grupo de Trabalho Multidisciplinar — instituído para apurar as principais demandas desta modalidade de ensino. Desta forma, elencou-se os eixos das demandas levantadas, relacionando-os com as políticas públicas enquanto um potente instrumento de fortalecimento identitário. O impacto positivo desta construção para os estudantes das escolas estaduais quilombolas, a partir da representatividade e especificidade pedagógicas postas em prática nestas escolas, situa e apresenta essa modalidade educacional como um campo de resistências e de luta para promoção da equidade. Pretende-se, por fim, indicar caminhos para a construção de uma educação escolar antirracista e emancipatória.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola; Minas Gerais; Identidade; Educação das Relações Étnico-Raciais.

Abstract

This text can be considered an overview of the organization and actions implemented in Quilombola School Education in the State of Minas Gerais, by the State Department of Education, from 2015 to 2018. It aims to report the successful actions implemented, which pointed out ways for the development of studies on Quilombola School Education, based on dialogues and planning from the diagnosis presented by the Multidisciplinary Working Group - established to ascertain the main demands of this type of teaching. Therefore, the axes of raising demands were listed, relating them to public policies as a potent instrument of identify strengthening. The positive impact of this state quilombola

¹ Doutoranda em História Social da Cultura (UFMG); Mestre em História Social da Cultura; pesquisadora; professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, na Faculdade de Educação (UEMG/FaE/CBH). E-mail: rogeria.alves@uemg.br

² Graduada em Filosofia, Licenciatura Plena (PUC-MG), servidora da Secretaria de Estado de Educação. Atua no campo de políticas públicas, diretrizes e orientações pedagógicas para as temáticas especiais de ensino e transversalidades curriculares, com maior interesse de pesquisa e proposições na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. E-mail: karla.cerqueira@educacao.mg.gov.br

Recebido em 15 de novembro de 2016. Aprovado em 16 de setembro de 2020.

construction schools for students, as the pedagogical representativeness and specificity has been putting into practice at these schools, situates and presents this educational modality as a field of resistance and struggle to promote equity. In fact, we intend to indicate ways to make the construction of an anti-racist and emancipatory school education.

Keywords: Quilombola School Education; Minas Gerais; Identity; Education of Ethnic-Racial Relations.

Introdução

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) é uma modalidade educacional, instituída pela Resolução Nº4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e em seu artigo 41: *que determina a existência de unidades educacionais nas terras dos quilombos, respeitando a cultura dos seus moradores, para isso requerendo pedagogia própria*. Outro marco fundamental para essa modalidade de ensino foi o estabelecimento da Resolução nº8, de 20 de novembro de 2012, a qual definiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. Tal modalidade especial de ensino deve ser implementada em estabelecimentos escolares que estejam localizados em comunidades remanescentes de quilombos ou em unidades escolares que atendam a estudantes oriundos destas comunidades.

Historicamente, os quilombos foram definidos pelo Conselho Ultramarino, no ano de 1740, como "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele." (SCHMITT; MANZOLI TURATTI; PEREIRA DE CARVALHO, 2002). Tal definição, de cunho colonial, relegou à clandestinidade a existência destas comunidades e as enquadrou num estereótipo único de negritude, ilegalidade, pobreza e escassez, que atravessa os séculos e ainda encontra respaldo em representações gráficas presentes em muitos materiais didáticos pelo país afora. Mas é preciso identificar os perigos que essa história única sobre os quilombos nos traz, parafraseando a brilhante conferência da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009).

A palavra "kilombo" é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo e refere-se a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na região da África centro-ocidental, na atual República Democrática do Congo e em Angola. Alguns antropólogos defendem a ideia de que na África, o kilombo podia se referir a uma

associação de homens, aberta a todos e cujos membros eram submetidos a rituais de iniciação, que os integravam como guerreiros. Neste sentido, os quilombos brasileiros podem ser considerados uma inspiração africana, ressignificados pelos escravizados para se oporem a uma estrutura escravocrata (GOMES, 2016, p. 71).

A Educação Escolar Quilombola é tema importante na construção da História do Brasil, uma vez que o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural possuem papéis centrais na formação da identidade nacional. Pensar a educação para todos, no século XXI, significa refletir sobre as condições educacionais nas quais se encontram as comunidades quilombolas. As ações relativas à Educação Escolar Quilombola, no Estado de Minas Gerais, realizadas no decorrer dos anos de 2015 a 2018 revelaram-se como estratégias educacionais importantes para a garantia do direito educacional específico dessas populações e, nesse sentido, configuraram-se como uma política educacional afirmativa.

Este artigo objetiva elucidar os aspectos fundamentais sobre a Educação Escolar Quilombola enquanto uma modalidade educacional; refletir sobre o desenvolvimento desta modalidade em Minas Gerais; e contribuir para a construção de uma visão descolonizada sobre essa modalidade e das populações quilombolas. Neste sentido, propomos uma reflexão mais ampliada sobre a temática, na perspectiva do direito à educação e da valorização das histórias e culturas afro-brasileiras.

Conceitos e definições importantes

A descolonização do pensamento educacional acerca da Educação Escolar Quilombola que se pretende, fundamenta-se na percepção de descolonização aventada por Achille Mbembe (2019, p. 58-59), ao revisitar pensadores como Amílcar Cabral, no contexto da descolonização de países africanos. Trata-se de dismantelar as estruturas da colonização e não, simplesmente, de uma transferência de poder da metrópole para as antigas posses coloniais, no momento da independência. Neste sentido, o que se propõe é um rompimento dos sujeitos ex-colonizados, com as formas de percepção do mundo colonial em que outrora viviam. Assim, o olhar para as populações quilombolas não deve ser mais orientado pela perspectiva colonial e para o estereótipo fundado por ela. Antes, é preciso romper com tal visão e buscar o conhecimento fundamentado e real sobre as populações quilombolas. É necessário, por exemplo, contextualizar o quesito raça/cor

como categoria imprescindível para o entendimento da composição étnica e populacional das comunidades quilombolas.

Ressalta-se a variedade étnica/populacional entre os habitantes das chamadas comunidades quilombolas na atualidade — fruto da miscigenação tão inerente à população brasileira. Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 58), por exemplo, faz menção a registros de misturas étnicas e alianças envolvendo indígenas e africanos nos quilombos brasileiros, e em outras partes da América. Contudo, é indubitável que as “populações remanescentes de quilombos” são, em sua maioria, afrodescendentes.

O Estado de Minas Gerais é o terceiro em população negra no Brasil (PNAD, 2013), possui 17 Territórios de Desenvolvimento, 853 municípios, 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE), 3.625 escolas estaduais e mais de 2 milhões de estudantes. De acordo com o Censo Escolar de 2014, existem 191 escolas públicas em comunidades quilombolas distribuídas, entre 30 escolas estaduais, 165 municipais e 3 particulares/comunitárias, em 80 municípios. O Estado de Minas Gerais conta ainda, segundo dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), com mais de 800 comunidades quilombolas em 181 municípios — ainda que muitas delas não tenham sido reconhecidas pelos órgãos competentes. Tecnicamente, de acordo com as orientações do Ministério da Educação (MEC), para que a comunidade seja reconhecidamente remanescente de quilombo, esta deverá ter sua autodeclaração certificada pela Fundação Cultural Palmares — cuja uma das funções é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

É importante ressaltar a existência de uma visão reducionista, que acredita que todos os estudantes quilombolas são apenas descendentes de escravizados e enfatiza a crença de que a escravização de seus antepassados, há mais de 100 anos, explica as disparidades de hoje – reforçando uma teoria que entende a história dessas populações como algo imutável e cujo passado determina o futuro (ALVES, 2018, p. 315). Outro problema nesse ponto de vista é a construção de visões preconceituosas sobre esses estudantes, atreladas à baixa expectativa por parte de professores que veem esses estudantes como meros descendentes de escravizados (LADSON-BILLINGS, 2008, p.51). Um antídoto a essa visão é a premissa de que a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade educacional que existe para atender a população brasileira – que por ser multiétnica e pluricultural – precisa de organizações escolares nas quais todos se vejam incluídos, em que a cada um seja garantido o direito de aprender e de ampliar

conhecimentos, sem ser obrigado a negar suas raízes étnico-raciais, os grupos sociais a que pertence, tampouco a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe sejam adversos (SILVA, 2010, p. 38).

As Escolas Estaduais Quilombolas trabalham normalmente os componentes curriculares e os conteúdos nacionais e estaduais que são comuns a toda rede de ensino. Contudo, entre os princípios de organização dessa modalidade educacional, destacam-se: a valorização da memória coletiva dessas populações; as práticas culturais; os festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; a territorialidade e respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas; a superação do racismo institucional, ambiental, alimentar; a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório.

Percurso na construção de políticas públicas para a educação escolar quilombola

Para garantir a efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no âmbito das escolas estaduais quilombolas, e garantir um espaço de diálogo entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) e essa modalidade educacional, criou-se o Grupo de Trabalho da Educação Escolar Quilombola (GTEQ) — instituído por meio da Resolução nº 2796 de 2015. Vigente entre outubro de 2015 e março de 2017, o grupo foi composto por representantes das comunidades quilombolas, pesquisadores ligados às Universidades e outros profissionais ligados à temática — cujo objetivo foi debater práticas pedagógicas para o ensino e valorização da cultura e raízes das comunidades quilombolas, bem como pensar orientações específicas para Educação Escolar Quilombola no âmbito Estadual. Assim, esta organização institucional representou uma inovação no campo da formulação das políticas educacionais públicas, desenvolvidas para esta modalidade de ensino, propondo-se a pensar coletivamente em desafios, diagnósticos, organização, estratégias, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação da modalidade educacional.

O GTEQ foi pensado para a promoção de diálogos amplos, e, portanto, multidisciplinar e institucionalmente diversificado, os trabalhos realizados tiveram como fundamento o levantamento diagnóstico — um panorama sobre o estado estrutural e

pedagógico das escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombos do estado de Minas Gerais. A partir desta ação, foi alavancado um conjunto de ações de caráter afirmativo, construído com muito diálogo e formado com representantes das comunidades quilombola, pesquisadores(as), gestores e educadores das escolas desta modalidade de ensino — cujo objetivo foi suscitar propostas de ações educacionais, que visassem a melhoria no desenvolvimento do aprendizado dos estudantes destas comunidades, mas sobretudo, que o aprendizado fosse integral, no sentido de valorizar e preservar a identidade cultural deste público. Desta forma, em conformidade com o parágrafo primeiro, do artigo número 1 das Lei de Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola:

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

VI - deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, **sem perder a especificidade** (BRASIL, 2012, grifo nosso).

O direito à especificidade deve ser considerado na organização administrativa, pautado na articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório, neste ponto uma reflexão se coloca: como articular a base nacional curricular comum aos saberes tradicionais desta população?

A resposta a esta questão aparece no diagnóstico apresentado pelo GTEQ, a saber: a principal estratégia pedagógica a ser desenvolvida seria proporcionar atendimento diferenciado, a partir da oferta de materiais didáticos adaptados e da presença, preferencial, de profissionais quilombolas nas escolas desta modalidade — considerando-se que estes preservam os saberes, refletem a representatividade e a identidade pela ideia de alteridade contida no contato interétnico, como pontua Carlos Rodrigues Brandão:

Os acontecimentos da vida de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesma, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação (BRANDÃO, 1986, p. 23).

A presença do professor, do gestor e de outros funcionários de origem quilombola, atuando e intervindo nesta modalidade específica educacional é importante, na medida em que o outro traz reflexões como: o que sou e o que de mim devo afirmar? Qual a história da nossa jornada comum, a minha e a dele? Qual o nosso valor e o que devo conservar? O que devo desenvolver? Tais questões revelam-se fundamentais para um

jovem estudante quilombola, na sinapse do "re-conhecer-se". Conforme posto por estudiosos que abordam temas como a história da educação e a colonização e descolonização epistemológica, a representatividade tem possibilidade de retirar do processo de conhecimento a ideia de domínio contida na pura transmissão de outra cultura que não aquela a que pertence, constitutiva e étnica geograficamente. Diante do exposto, assim como das necessidades levantadas pelo GTEQ, foram estabelecidos três eixos norteadores das ações de desenvolvimento da Educação Escolar Quilombola: 1) Gestão Pedagógica e Administrativa; 2) Pedagogia Quilombola; 3) Juventude e Territorialidade.

O eixo sobre Gestão Pedagógica e Administrativa revelou-se como um dos mecanismos fundamentais para a garantia do reconhecimento das comunidades quilombolas e da efetiva implantação da educação escolar quilombola enquanto modalidade. Tais premissas conferem adequação e proteção das especificidades desta modalidade educacional, no que diz respeito ao estabelecimento de normativas e diretrizes específicas. Neste sentido, a SEE/MG estabeleceu normativa que atenta para as especificidades do processo de escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice-diretor para exercício em escolas estaduais localizadas em territórios quilombolas, desde de 2016; estabeleceu as diretrizes estaduais da Educação Escolar Quilombola no ano de 2017; criou a Comissão Permanente da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais em 2018; e definiu procedimentos para inscrição, classificação e designação de candidatos para o exercício de função pública nas escolas quilombolas da Rede Estadual de Ensino, em 2018.

Ressalta-se que o preenchimento do quadro de funcional preferencialmente composto por servidores autodeclarados quilombolas, para além da melhoria do processo educacional promoveu a reorganização institucional de comunidades que possuem escolas em seus territórios, no que diz respeito a oficialização de entidades como as associações que são envolvidas na dinâmica e ganharam a tarefa e autonomia do endosso nas declarações de pertencimento étnico dos candidatos(as), promovendo melhorias na organização comunitária. O processo de contratação deste servidores, por meio de designação específica, fomenta ainda o interesse da população quilombola na continuidade de suas formações acadêmicas e habilitação profissional. Para o cargo de Auxiliar de Serviços da Educação Básica (ASB) houve uma alteração expressiva sobre a presença de profissionais autodeclarados quilombolas, sendo que cerca de 80% deste quadro nas escolas estaduais quilombolas passou a ser preenchido por pessoas autodeclaradas. Assim, no tocante ao trabalho e geração de oportunidades de emprego,

essa mudança é consoante ao que preconiza as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola, pelo princípio disposto no Art. 7º, no texto do inciso XVII, que prevê o direito dos estudantes de se apropriarem de seus conhecimentos tradicionais:

Direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade (BRASIL, 2012).

O eixo Pedagogia Quilombola foi fomentado pelo recebimento, ainda em 2015, de repasse financeiro para desenvolvimento de projetos pedagógicos inovadores. Contudo, em 2016, em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado de Minas Gerais, as escolas deixaram de receber tais repasses. Ainda está em levantamento, a quantidade de projetos realizados e em andamento, nas 30 escolas estaduais quilombolas.

Ainda neste eixo, entre os meses de agosto e setembro de 2017, a Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais, por meio da Coordenação da Educação das Relações Étnico-raciais e da Educação Escolar Quilombola e em parceria com a Faculdade de Educação e o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais, ofertou e coordenou o curso "Afirmando Direitos". Ministrado e concebido pela professora e pesquisadora Shirley Aparecida de Miranda, o intuito principal do curso foi auxiliar na formação continuada de profissionais da educação, que atuam em escolas quilombolas, para a compreensão sobre a Educação Escolar Quilombola enquanto uma política de ação afirmativa. O curso foi ofertado em dois polos, Belo Horizonte e Montes Claros, com carga horária total de 40 horas/aula, sendo inteiramente gratuito e voltado para gestores, professores, servidores das escolas, analistas educacionais, superintendentes e inspetores relacionados com as 30 Escolas Estaduais Quilombolas do Estado de Minas Gerais e suas respectivas Superintendências Regionais de Ensino. Nesse sentido, o curso "Afirmando Direitos" aprofundou em temáticas acerca dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas; dos elementos da cultura nas práticas tradicionais, nas formas de oralidade e nos eventos de memória; assim como, nos aportes do etnodesenvolvimento e das lutas pela terra; das dinâmicas do território como base do trabalho, trocas materiais, simbólicas e espirituais, da identidade; e também tratou acerca da reconfiguração político-pedagógica das escolas existentes.

Uma das preocupações do curso foi alimentar a discussão sobre os elementos caracterizadores de uma comunidade remanescente de quilombo, em âmbito jurídico e

político-cultural. Outro enfoque esteve relacionado ao compartilhamento de práticas pedagógicas baseadas nos direitos, território e memória das comunidades quilombolas; assim como, no diálogo entre os conhecimentos tradicionais formalizados nas comunidades quilombolas e os conhecimentos científicos reconhecidos em ambiente acadêmico.

Outra ação integrante deste eixo foi o projeto Ubuntu — uma ação educacional que previu a criação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAs), responsáveis pela articulação social, pedagógica e acadêmica de estudantes e docentes do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino e Instituições de Ensino Superior (IES). Tal projeto configurou-se como uma estratégia de promoção de novas bases de aprendizagem, que contribuam para o sucesso escolar e acadêmico dos jovens da rede pública. Para tanto, se apostou na articulação e promoção de espaços de fomento à reflexão, pesquisa e produção científica, cultural e artística, com enfoque na história, ciência, tecnologia, filosofia e trajetória político-social dos africanos em diáspora.

A história e cultura afro-brasileira também são vistas como elementos necessários à ressignificação da trajetória escolar dos alunos do ensino médio. E neste ínterim também são a fundamentação de ações pedagógicas de combate às práticas de racismo e discriminação nos ambientes escolares (ALVES; MOURA; SANTOS [et al], 2018, p. 235). Buscou-se, nesse projeto, a participação diversa de estudantes e escolas das mais variadas origens. Nesse sentido, num primeiro levantamento, 8 escolas estaduais quilombolas desenvolveram as pesquisas propostas pelo projeto Ubuntu e apresentaram resultados, com produções de documentos científicos, memoriais e artigos, assim como comunicação oral através de *pôster*, no décimo Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE — ocorrido na cidade de Uberlândia, em outubro de 2018.

Está em andamento o mapeamento da trajetória escolar dos estudantes participantes do projeto Ubuntu, ingressantes na educação superior. No âmbito político pedagógico com o desenvolvimento das pesquisas científicas, tem-se uma importante ressignificação da carreira do professor participante das atividades dos Núcleos, que se tornaram coordenadores de pesquisa, possibilitando a muitos o contato novamente com o ambiente acadêmico e com a formação continuada.

O eixo Juventudes e Territorialidade realizou o 1º Encontro Estadual da Juventude Quilombola, ocorrido na Cidade Administrativa, entre os dias 03 e 04 de agosto de 2017. A proposta de execução deste Encontro nasceu de uma demanda de representantes da

Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, a N'Golo e representantes da comunidade Quilombola de Buriti do Meio, localizada no Município de São Francisco (MG). Realizado em parceria com a chefia de Gabinete da Secretaria de Planejamento (SEPLAG), a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Social e Cidadania (SEDPAC) e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA), o encontro foi uma importante iniciativa no reconhecimento da legitimidade e pertinência das lutas históricas das populações quilombolas pela garantia de direitos. Durante a realização da segunda edição do Festival de Arte e Cultura Quilombola (CANJERÊ), em novembro de 2016, na cidade de Belo Horizonte, foi realizada uma reunião com a juventude quilombola para apresentação e escuta de sugestões para a organização do Encontro. Desde então, organizou-se uma comissão de representantes de diferentes Secretarias do Estado de Minas Gerais, que discutem e mantêm diálogo com essa juventude para definir as questões metodológicas e práticas norteadoras do encontro. O produto desse encontro foi a produção de um documento, no qual elencou-se as intenções e demandas prioritárias, pautadas pela juventude quilombola, no intuito de orientar a construção de políticas públicas estaduais que contemplem essa população. Os debates versaram sobre tema principal “*A comunidade quilombolas que temos e a que queremos*” onde a juventude quilombola pleiteou protagonismo na elaboração de políticas de Estado. Entre as demandas levantadas, voltadas à educação, destacaram-se:

- ✓ Necessidade de criação de editais específicos, pela Secretaria de Estado de Cultura, que contemplem as comunidades quilombolas mineiras – dado o grande número de comunidades no Estado;
- ✓ Estratégias para garantir a permanência dos estudantes na escola e em suas comunidades;
- ✓ Criação de escolas de ensino médio nas comunidades, com funcionamento noturno;
- ✓ Necessidade de envolvimento/engajamento dos municípios com as comunidades;
- ✓ Oferta de formação continuada para professores que atuam nas escolas quilombolas;
- ✓ Criação de critérios específicos para as designações nas escolas quilombolas;

- ✓ Redução da rotatividade de professores nas escolas quilombolas, assim como resolução de problemas na rede física das escolas, como localização e acesso.

Ainda há a necessidade de instrução e fomento para que os jovens estudantes da rede estadual de ensino, das escolas quilombolas sejam identificados etnicamente. Para tanto é preciso promover a conscientização para o autorreconhecimento identitário. E desta forma, pleitear a inserção destas informações no SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar) — o que demanda a inclusão de uma chave de identificação no cadastro dos alunos, que os identifique como “quilombolas”. O Estado ainda não dispõe desse mecanismo de informação, o que torna difícil a identificação e a quantificação do número de alunos provindos de comunidades remanescentes de quilombos que estão matriculados na rede pública estadual de educação. Ressalta-se que a obtenção de tais dados é de fundamental importância para pensar e propor políticas específicas — pois a justificativa para existência desta modalidade de ensino é a identidade de nossos estudantes. Os dados têm ainda propriedade viabilizadora do monitoramento de trajetórias educacionais.

Caminhos de resistência

A própria existência dos quilombos pode ser considerada elemento de resistência, no sentido de que representam núcleos organizados e fortalecidos pela territorialidade que imprime suas marcas na construção de identidade de seus habitantes. A luta quilombola ganhou força no Brasil ainda na década de 70 graças ao Movimento Negro, que passou a discutir a temática dos quilombos contemporâneos nos diversos espaços de debate, endossados pelas mobilizações, ainda incipientes de alguns quilombos pelo Brasil. Com o advento da Constituinte de 1988, que passou a reconhecer os remanescentes de quilombos enquanto uma categoria social em seu Artigo 68, o movimento quilombola ganhou força e visibilidade em prol da luta pela regularização de seus territórios tradicionalmente ocupados. Posteriormente, a promulgação do Decreto 4887/2003, que passou a reconhecer o direito auto declaratório dessas comunidades e a reconhecê-las sob a categoria de povos e comunidades tradicionais, o que inaugurou novas perspectivas no âmbito do Direito e de Políticas Públicas para estes povos.

Uma vez que é constituída majoritariamente por pessoas negras, a Educação Escolar Quilombola é marcada pelas questões étnico-raciais, assim se faz herdeira da estigmatização de seus estudantes na visão preconceituosa e racista perpetuada pelas visões colonizadoras. Ainda neste raciocínio, ações de garantia dos direitos à educação gratuita e de qualidade, contemplada por práticas pedagógicas que comportem especificidades diversas — como é o caso da Educação Escolar Quilombola — são vistas por muitos, como forma de assistencialismo (ALVES, 2018). Neste sentido, fomentar a auto identificação, o orgulho identitário e a integração entre a comunidade escolar, os movimentos sociais e as comunidades quilombolas representam um mecanismo de resistência com vista às reivindicações e aperfeiçoamentos das metodologias implementadas.

Desconstruir velhos paradigmas engendrados do preconceito e do ideário colonialista do domínio é um desafio constante para os vários agentes, não somente de movimentos sociais, mas da educação e gestão escolar. Desafio que requer destes agentes vivenciar o movimento, a ação constituída por todos (ARROYO, 2014). Para tanto, as escolas quilombolas devem acentuar a diversidade em sua abordagem curricular e metodológica, concedendo à especificidade étnica, lugar precisamente positivo e constitutivo da sociedade brasileira. A Educação Escolar Quilombola deve ressaltar a identidade quilombola e da população negra, comprometendo-se com combate à violação de direitos, com a promoção de uma educação antirracista, buscando a descolonização epistemológica, considerando que a estigmatização negativa destes povos não é circunstancial, no entanto historicamente intencional, “ o artifício do domínio — aquilo que é real sob os disfarces dos “encontros de povos e culturas diferentes” — é o trabalho de tornar o outro mais igual a mim, para colocá-lo melhor a meu serviço (BRANDÃO,1986) .

Uma educação emancipatória se edifica em espaços de muito diálogo e engajamento, em processo democrático que envolva agentes de vários segmentos, principalmente as pessoas que se fazem objeto do movimento de transformação, passando de destinatários a protagonista (ARROYO, 2014). Considera-se neste contexto que o protagonismo se faz elemento reconhecedor e fortalecedor da identidade étnica. É fundamentação que o Plano Político Pedagógico (PPP) dessas escolas, seja pensado por todos e que contemplem a realidade das escolas, bem como prevejam espaços de dignidade e justiça social.

Contudo, essa é uma via de mão dupla: as políticas públicas só produzirão os efeitos desejados se houver um diálogo efetivo em prol da equidade, ao lado da participação ativa das comunidades quilombolas. Neste sentido, a educação escolar quilombola possui um papel importante, à medida que contribui para o reconhecimento, consolidação e resistência da cultura e saberes oriundos das comunidades quilombolas.

A luta se faz por meio da apropriação dos direitos conquistados, da participação em avaliações, da melhoria dos resultados escolares, da conclusão da trajetória da educação básica, no acesso aos espaços institucionais, na qualificação para a ocupação dos cargos assegurados pela designação específica nas escolas quilombolas e na resistência cotidiana, do valorizar e reconhecer-se como quilombola.

Apontamentos finais

As conquistas em termos da construção de políticas públicas e da garantia de direitos para a Educação Escolar Quilombola, no Brasil e no estado de Minas Gerais, não podem ser desconsideradas. Entretanto, reconhece-se que são insuficientes e que ainda é necessário avançar nesta discussão. Há neste sentido, um elemento díssono a se considerar para as reflexões acerca da Educação Escolar Quilombola no estado de Minas Gerais: a discrepância entre o número de unidades escolares que se reconhecem e são reconhecidas enquanto quilombolas (30) — em comparação ao número de escolas públicas estaduais existentes, que conforme o Censo Escolar 2018, são 3.620 — permite-nos inferir que existe um número grande de escolas e população não identificados e que, por vezes, são existentes à margem do acesso aos direitos e benefícios conquistados. Tal fato simboliza o não desfrute dos direitos e compreende a perda da memória histórico-cultural destes povos. Os direitos à terra e a produção, à educação e à identidade não devem caminhar separadamente, considerando-se que se alicerçam e devem ser incorporados no mesmo campo de lutas, como forte elemento de resistência.

A formação de professores e demais agentes escolares figura-se no topo das reivindicações dos movimentos sociais e das comunidades escolares quilombolas. Neste sentido, é unânime o entendimento de que tais comunidades escolares vivenciam diariamente a luta histórica por terra, saúde, educação, acesso, sustentabilidade e justiça nos territórios quilombolas. Sabe-se que as populações quilombolas — e que na maioria das vezes ocupam áreas do campo/rurais — continuam a vivenciar situações de

vulnerabilidade social, tais quais: as ameaças de perda do território em que vivem, para empreendimentos agropecuários, mineração, barragens, reflorestamento, grilagem, especulação imobiliária; desemprego e ausência de alternativas para a subsistência e geração de renda; enfraquecimento das manifestações e referências culturais; o descaso público em relação à saúde e às práticas de violências de cunho racial.

No contexto de Minas Gerais a modalidade de ensino “Educação Escolar Quilombola” ainda precisa ganhar visibilidade, investimentos financeiros, além de formação de agentes escolares — sobretudo dos professores/as, no intuito de eliminar o despreparo para trabalharem as culturas e saberes quilombolas, de maneira que possam associar o currículo escolar a estes saberes, promovendo aquilo que Boaventura de Souza Santos denominou de uma "ecologia dos saberes" (SANTOS, 2010). Entende-se que esta proposta fomenta um diálogo horizontal entre as formas de conhecimento e baseia-se, especialmente, na participação ativa das comunidades quilombolas enquanto agentes do conhecimento dentro das escolas desta modalidade. Essa agência compreende a participação destas comunidades em espaços decisórios do ambiente escolar, tal como prevê o inciso IV, do artigo 6º da Resolução nº 8, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Além disso, falta aos educadores/as desta modalidade o acesso a materiais de referência e repertório, cujos conteúdos sejam adequados à discussão da importância dos povos tradicionais, enquanto patrimônio material e imaterial. Trata-se de dar voz aos sujeitos, que não raras vezes, foram postos às margens da construção do conhecimento e da dita "verdadeira e válida erudição". Como bem exposto por Kilomba (2019, p. 53), o conhecimento é colonizado e o colonialismo significou também a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos saberes, línguas e culturas indígenas e assim, não é somente uma imensa, "mas também urgente tarefa descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento" (KILOMBA, 2019, p. 53). Deste modo, faz-se urgente a construção de materiais pedagógicos que contemplem os saberes tradicionais e que sejam livres de estereótipos e visões reducionistas sobre os quilombos.

Doravante, a modalidade de educação escolar quilombola requer ainda investimentos em cuidados para com estes estudantes e famílias, no que se refere à saúde e sustentabilidade, visando uma educação acolhedora e plena, que assegure a permanência e a conclusão etapa da educação básica. Por fim, as normativas estabelecidas e ações citadas representam avanços significativos em todo contexto da educação escolar quilombola, no estado de Minas Gerais. No entanto, reconhece-se que tais iniciativas são

o início da consolidação dos direitos dos estudantes e das populações contempladas por essa modalidade escolar, que requer continuidade, aprofundamento e compromisso com o acesso, permanência e busca do sucesso nas trajetórias escolares destes educandos, como premissas das políticas públicas construídas para tal modalidade. Acredita-se, contudo, que as mudanças iniciadas no cenário educacional estadual para tal modalidade são o início e a chave mestra para impactos positivos em tal modalidade educacional. E para parafrasear Paulo Freire, acredita-se que mudar é difícil, mas é possível (FREIRE, 1996, p. 79).

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. Palestra no evento Technology, Entertainment and Design (TED), em 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 19 de jan.2019.

ALVES, Rogéria C. Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: desafios permanentes. In: SILVA, Fernanda A. O. R. da; PAULO, Jacks R. de Paulo; COUTRIM, Rosa *et al* (org.). **Diálogos da formação docente com diferentes sujeitos e espaços educativos**. Curitiba: CRV, 2018.

ALVES, R. C.; MOURA, A. M. C.; SANTOS, E. D.; VIANA, I. F.; BRANDAO, M. P. A. S.; CERQUEIRA, K. C. Articulação entre iniciação científica e promoção da igualdade racial no ensino médio: uma estratégia para políticas públicas educacionais. **Revista ABPN**, v.10, p.230 - 242, 2018.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras pedagogias**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, R. C. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, (1986). Disponível em:< <http://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/identidade-etnia.pdf> >Acesso em: 10 out 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF. Ministério da Educação (MEC). 2004.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

BRASIL. **Resolução nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

DURBAN. **Relatório e Plano de Ação de Durban.** 2001. Disponível em http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf , Acesso em: 01.10.2019.

FERREIRA, A. E. e CASTILHO, S. D. de. **Reflexões sobre a Educação Escolar Quilombola.** Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. Edição nº 03, Agosto de 2014. P. 22. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000300008> Acesso em: 20/10/2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma L. e MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** 2ª Edição. São Paulo: Global, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano.** Tradução Jess Oliveira. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LADSON-BILLINGS, Gloria. **Os guardiões de sonhos – O ensino bem-sucedido de crianças afro-americanas** John Wiley & Sons, 2008.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: Ensaio sobre a África descolonizada. Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SCHMITT, A.; MANZOLI TURATTI, M. C.; PEREIRA DE CARVALHO, M. C. **A atualização do conceito de quilombo**: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Cria o Grupo de Trabalho da Educação Escolar Quilombola **Resolução SEE nº 2.796** de outubro de 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Institui normativa que atenta para as especificidades do processo de escolha de servidores ao cargo de diretor e à função de vice-diretor para exercício em escolas estaduais localizadas em territórios quilombolas **Resolução SEE nº 2945**, de 18 de março de 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Institui as Diretrizes para a organização da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais. **Resolução SEE nº 3658**, de 24 de novembro de 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Cria a Comissão Permanente da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais. **Resolução nº 3689**, de 30 de janeiro de 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição, classificação e designação de candidatos para o exercício de função pública nas escolas quilombolas da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4064**, de 27 de dezembro de 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Estudos Afro-Brasileiros: africanidades e cidadania. *In*: AMBRAMOWICZ, A. e GOMES, N. L. (org.). **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.